



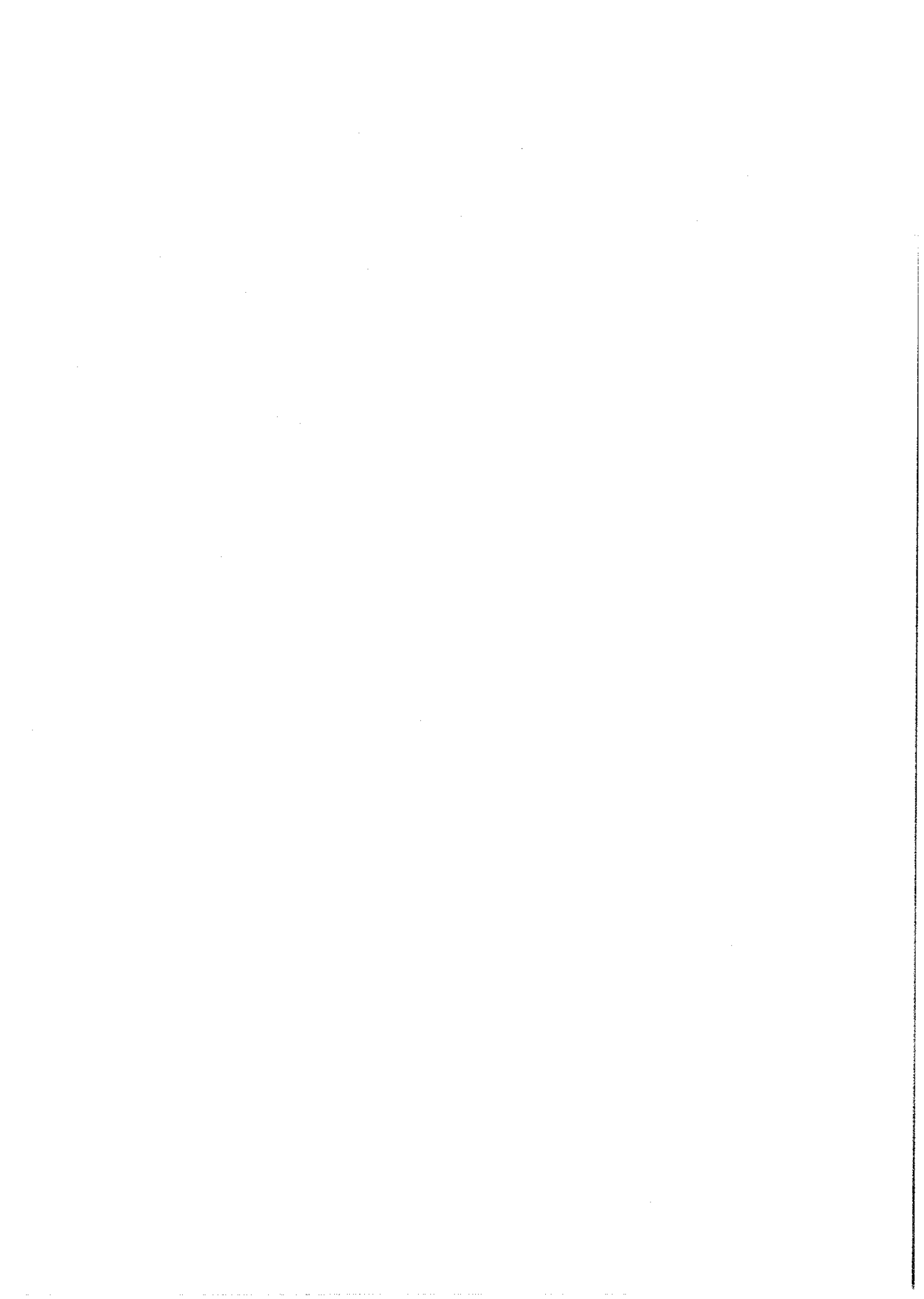
Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º 04 / **200**₆

SESSÃO ¹ ORDINÁRIA **REALIZADA**

NO DIA 29 **DE** JUNHO **DE 200**₆

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos



My

Acta número 4/2006

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 29 de Junho de 2006 -----

Aos 29 dias do mês de Junho do ano de 2006, pelas 21h15, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David e por Henrique Jorge Vicente Maio, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa.---- Esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Monchique, Carlos Alberto dos Santos Tuta.-----

Pelas 21h15 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Manuel da Silva Furtado, Maria da Graça Moreira da Silva Mira, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa; António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Luís Filipe Silva Bebiano e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota; **do PSD:** Fernando António Andrez Várzea, Rui Miguel da Silva André, Dina Paula Correia Baiona, Luís Filipe de Carvalho Grade e Paulo Jorge Martins Teodoro.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

Votação da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 26 de Abril de 2006.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão ordinária número 3/2006, realizada em 26 de Abril de 2006 que fora

atempadamente enviada aos senhores membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

Da parte do Plenário não houve qualquer objecção ao conteúdo da acta pelo que aquela foi colocada à votação.-----

Contabilizados os votos verificou-se que a acta daquela sessão do órgão deliberativo foi aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Graça Mira, Fernando Várzea e Dina Baiona.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do n.º 2 do artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: Ofício do Governo Civil do Distrito de Faro, sem referência e sem data, registado com o n.º 32, com o convite para participação no encontro subordinado ao tema “a evolução futura da União Europeia”; ofício da Comissão Política de Lagos, do PSD, sem referência e sem data, registado com o n.º 33, com o convite para participação no “Fórum Novas Vontades”; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 61-A, de 27 de Abril de 2006, registado com o n.º 34, prestando informações sobre a ocorrência de gripe aviária; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 62, de 28 de Abril de 2006, registado com o n.º 35, com o envio do boletim ANMP n.º 146, referente a Abril de 2006; ofício do Grupo Parlamentar do PP, com a referência 788, de 2 de Maio de 2006, registado com o n.º 36, acusando a recepção do ofício com a referência PP A.M. 103; ofício da Assembleia Municipal de Alcoutim, com a referência 64, de 4 de Maio de 2006, registado com o n.º 37, com o envio de cópias de moções aprovadas naquele órgão autárquico; ofício da Assembleia Municipal de Aljezur, com a referência 111, de 8 de Maio de 2006, registado com o n.º 38, com o envio do texto com a tomada de posição daquele órgão autárquico relativamente à proposta final do PROI Algarve; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 64, de 10 de Maio de 2006, registado com o n.º 39, com o texto da resolução do Conselho Directivo daquela associação, relativamente ao encerramento dos serviços de saúde; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a

4

referência 65, de 10 de Maio de 2006, registado com o n.º 40, com o texto da resolução do Conselho Directivo da ANMP sobre a venda de património do Estado; ofício do Grupo Parlamentar do PCP, com a referência 2513, de 11 de Maio de 2006, registado com o n.º 41, acusando a recepção de texto de moção aprovada na Assembleia Municipal de Monchique, relativa ao tema “Curso de Medicina”; ofício do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a referência 3669, de 12 de Maio de 2006, registado com o n.º 42, acusando a recepção do texto da moção aprovada na Assembleia Municipal de Monchique, relativa ao “Curso de Medicina”; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 66, de 15 de Maio de 2006, registado com o n.º 43, com o convite para participação na sessão solene do início das comemorações dos 30 anos de Poder Local; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 67, de 16 de Maio de 2006, registado com o n.º 44, informando sobre o agendamento da “II Conferência Ordenamento do Território e Revisão dos PDM”; ofício do Grupo Parlamentar do PS, sem referência, de 16 de Maio de 2006, registado com o n.º 45, acusando a recepção do texto da moção aprovada na Assembleia Municipal de Monchique, relativa ao Curso de Medicina; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 70, de 17 de Maio de 2006, registado com o n.º 46, informando do agendamento da discussão do Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território; ofício da Assembleia Municipal de Lagos, com a referência 193, de 22 de Maio de 2006, registado com o n.º 47, dando conhecimento da criação de um canal de comunicação daquele órgão autárquico; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 69, de 24 de Maio de 2006, registado com o n.º 48, prestando informações sobre a Resolução Política aprovada na XXIII assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa; fax da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 74, de 26 de Maio de 2006, registado com o n.º 49, com o convite para participação na sessão solene do início das comemorações dos 30 anos de Poder Local; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 84, de 31 de Maio de 2006, registado com o n.º 50, com o envio do boletim ANMP n.º 147 referente a Maio de 2006; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 2480, de 8 de Junho de 2006, registado com o n.º 51, com o envio de cópias das actas das reuniões do

executivo municipal; fax da Associação nacional de Municípios Portugueses, com a referência 85, de 13 de Junho de 2006, registado com o n.º 52, informando sobre iniciativas legislativas relativas ao Protocolo de Estado; fax da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 90, de 20 de Junho de 2006, registado com o n.º 53, informando sobre Finanças Locais, empresas municipais e taxas das autarquias locais; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 2688, de 20 de Junho de 2006, registado com o n.º 54, com o envio de informação escrita a ser presente à sessão da Assembleia Municipal de Monchique de 29 de Junho de 2006; ofício da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, com a referência 2633, de 26 de Junho de 2006, registado com o n.º 55, com o envio de ficha de inscrição para o XXVI Colóquio Nacional da ATAM.-----

Justificação de faltas. Foi presente: carta de Fernando António Andrez Várzea, sem referência, de 27 de Abril de 2006, registada com o n.º 31, com justificação da falta à sessão de 26 de Abril de 2006.-----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificada a falta daquele membro.-----

Pelas 21h25 deu entrada na sala o membro Paulo Alexandre Duarte Rosa, passando desde já a integrar os trabalhos do plenário.-----

Seguidamente deu-se entrada ao Período Antes da Ordem do Dia.-----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

Falou o membro António Silvestre, do PS, reportando-se ao tema “Comarca de Monchique”, lendo um documento que se transcreve:-----

“Na sessão ordinária de 26 de Abril o sr. deputado Paulo Rosa fez uma intervenção dando como certa a extinção, a breve prazo, da comarca de Monchique e instando os membros desta Assembleia a reflectirem sobre as consequências que isso poderia ter para o município e daí avançarem para uma tomada de posição una e supra partidária.-----

Achámos estranha tal informação, até porque não correspondia minimamente às informações de que dispúnhamos na qualidade de vogal relator do COJ mas, na altura, optámos por não intervir e obter informações concretas sobre a matéria, junto da tutela-----

NY

Estamos hoje em condições de informar esta Assembleia que tal notícia era alarmista e especulativa.-----

A Administração Central está, efectivamente, empenhada em elaborar um novo mapa judiciário, mas não equaciona o encerramento do Tribunal de Monchique nem de outros pequenos tribunais de província.-----

Aliás, esta posição havia já sido publicamente assumida pelo sr. Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, José Conde Rodrigues, em entrevista ao Diário Económico, publicada em 16 de Junho de 2006.-----

O Observatório Permanente da Justiça fez a análise da situação de todos os tribunais do país, tendo já apresentado o respectivo relatório preliminar e está a ultimar o relatório final. O Ministério da Justiça está a recolher contributos dos diversos operadores judiciários e de outras entidades, a fim de determinar qual o futuro modelo a adoptar, contando apresentar o novo mapa judiciário até ao final do corrente ano.-----

Ontem mesmo estivemos presentes numa conferência realizada em Lisboa, a convite da Câmara Municipal de Monchique e na qualidade de vogal do COJ, onde estiveram presentes, para além do sr. Ministro da Justiça, do sr. Secretário de Estado Adjunto e da Justiça e da sr.ª Directora-Geral da Administração da Justiça, representantes dos Conselhos Superiores da Magistratura, do Ministério Público e do TAF's, da Ordem dos Advogados, da Câmara dos Solicitadores, dos Oficiais de Justiça e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, este na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Monchique.-----

Estiveram presentes muitos funcionários, presidentes de câmara e advogados, mas, a despeito da importância do assunto, não vislumbrámos a presença de qualquer advogado de Monchique, sendo certo que desconhecemos se a respectiva Ordem lhes endereçou o convite ou lhes deu alguma informação.-----

O assunto foi debatido exaustivamente, tendo o sr. Ministro da Justiça sido peremptório ao afirmar que o Governo, ponderando razões sócio-económicas e questões de proximidade, havia afastado a ideia da extinção das comarcas, antes pensando em aumentar o número de tribunais de menores, de comércio e de instrução criminal, apostando na atribuição de competências especializadas.-----

Assim verifica-se que a informação prestada na sessão de 26 de Abril carecia de qualquer fundamento.-----

Pelas 21h30, atingido o período limite para o registo de assiduidade é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

Presenças:-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PSD	Rui Miguel da Silva André
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PSD	Dina Paula Correia Baiona
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	Henrique Jorge Vicente Maio
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Luís Filipe da Silva Bebiano
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	Paulo Jorge Martins Teodoro
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PSD	António Manuel Rodrigues Venda	Não apresentou

Falou o membro Paulo Rosa do PSD, tendo começado por dizer que se regozijava com a informação que acabara de ouvir, e assim prestava homenagem às pessoas responsáveis por se ter evitado a extinção da comarca. Apenas fazia notar ao membro António Silvestre que o alarmismo alegado fora motivado pela leitura de artigos em jornais que davam como

ny

certa a extinção da comarca de Monchique. No restante comungava, como ele, das mesmas preocupações para com o concelho -----

Falou o membro Paulo Teodoro, do PSD, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite, tendo dito que se congratulava com o facto de os residentes da zona servida pela estrada das Águas Belas já se encontrarem servidas pela recolha de resíduos urbanos, sendo que esta fora uma das reivindicações feitas que agora se cumpria -----

O membro Rui André, do PSD, fez a entrega de uma moção, subscrita pelos membros da sua bancada, intitulada “Novo quartel da GNR”, e bem assim de uma recomendação escrita subscrita pela sua pessoa, com o título “À descoberta do património natural” -----

Os documentos correspondentes passam a constituir respectivamente os anexos nºs 17/2006 e 18/2006 às actas -----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura do texto da moção intitulada “Novo quartel da GNR”, após o que deu a palavra ao plenário para a continuação de intervenções -----

Falou o membro José Manuel Furtado, do PS, reportando-se à moção relativa ao quartel da GNR tendo questionado os subscritores se antes da elaboração do texto tinham tentado saber qual a situação real do actual quartel da GNR e a posição da Câmara Municipal relativamente a esse assunto -----

Respondeu o membro Rui André, dizendo que os membros do seu partido tinham já trocado algumas impressões sobre isso com o sargento Pontes; quanto à posição da Câmara Municipal, esta era já conhecida: havia muitos anos que prometera apoiar a construção mas o tempo passava e nada sucedia, e para além disso, não era fundamental saber a posição da autarquia porquanto se tratava de uma reivindicação política do seu partido, e ademais era visível o estado das condições de trabalho dos agentes. Considerava que o espaço do actual quartel era numa zona fechada e deveria ser feito tudo o possível para arranjar um espaço com outras características -----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, tendo dito que o seu grupo necessitava de um intervalo para debater o assunto em apreço, a que o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que esse intervalo se fizesse após as restantes intervenções orais agendadas para este período -----

Seguidamente procedeu à leitura da recomendação intitulada “à descoberta

do Património Natural”, subscrita pelo membro Rui André-----

Falou o membro José Manuel Furtado tendo dito que no dia de hoje fora inaugurada a Unidade de Radioterapia do Algarve, a qual merecia um voto de louvor pelo que representava para as aspirações de todos os algarvios. Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal leu ao plenário o documento escrito contendo este voto de congratulação subscrito pelos membros da bancada do PS, o qual passa a constituir o anexo n.º 19/200 às actas.-----

Falou o membro Fernando Várzea, do PSD, dizendo que a referida unidade de radioterapia também fora viabilizada com apoio do município de Monchique, designadamente através de uma subscrição aprovada na Assembleia Municipal, e assim gostaria que se mencionasse também esse apoio do município.-----

Falou o membro Carlos Almeida, lendo um documento que se transcreve:---

“Nos últimos dois meses – isto é, após a última sessão da Assembleia Municipal – tomámos conhecimento de tomadas de posição públicas por parte dos senhores vereadores da Câmara Municipal de Monchique, da oposição, portanto eleitos pela lista pertencente ao PPD/PSD, designadamente os senhores António José Santos e Rui Andrez. Enquanto deputado desta Assembleia e cidadão não posso deixar de manifestar a minha indignação e oposição às palavras e afirmações trazidas por estes dois autarcas.-----

Com efeito, num primeiro documento, datado do dia 2 de Maio de 2006, subscrito pelos dois autarcas, em jeito de comunicado – embora, creio, tenha sido classificado pelos seus subscritores como “Informação à População” – são tecidas.-----

- considerações incorrectas sobre o Relatório de Gestão e Contas do Município do ano 2005;-----

- são proferidas calúnias sobre os rendimentos do senhor Presidente da Câmara;-----

é feita uma apreciação simplista da gestão do município e da candidatura a fundos comunitários, descurando a oportunidade e as vantagens que deles decorre no estrito interesse em fazer evoluir o concelho e em dignificar a qualidade de vida dos monchiquenses.-----

- Assistimos, com este documento, a mais um episódio da já costumeira postura política incorrecta com que o PPD/PSD nos brinda de há uns anos

my

a esta parte, baseada sobretudo na inverdade, na demagogia e na campanha difamatória personalizada no senhor Presidente da Câmara.-----

Permitam-me afirmar que, perante a análise simplista e dissimulada que aqueles vereadores efectuaram ao relatório e às contas do ano passado só comprova o desconhecimento e desfasamento face à dinâmica autárquica ou então má-fé gratuita e o oportunismo para prosseguir a saga de denegrir os autarcas do PS e a sua obra no concelho.-----

Naturalmente que, no intuito de reduzir assimetrias regionais e a problemática da interioridade, os autarcas socialistas têm imprimido no concelho uma estratégia com forte influência de factores externos, nomeadamente fundos comunitários. De outra forma não se teria conseguido reabilitar e otimizar a rede viária, o abastecimento e o saneamento básico, a renovação urbana, a qualidade de vida das populações. Quem rejeita esta influência, porventura desconhece o concelho e a conjuntura económica nacional e mundial. Permitam-me ainda lamentar o incorrecto, infame e alucinatório comentário que os senhores vereadores da oposição fizeram sobre os rendimentos do senhor Presidente da Câmara. É falso o valor que inscreveram no comunicado. Era só uma questão de fazer as contas. Se em 1983 o primeiro vencimento do senhor Presidente foi de 43 contos, se actualmente até recebe apenas um terço do vencimento tabelado para os presidentes de câmara, nunca o valor global chegaria aos 150 000 contos afirmados. E se chegasse? Certamente era porque a lei o permitia porque o senhor Presidente da Câmara auferia os rendimentos a que tem direito pela prestação da função de autarca a tempo inteiro. Escuso-me a comentar estas afirmações difamatórias, por entender que sobre elas deve ser pedido outro tipo de explicação e em local próprio.-----

Mais grave serão, por exemplo os rendimentos auferidos por autarcas, sem regime de permanência, sob a figura de senha de presença ou de ajudas de custo – às vezes até correspondentes a percursos que não conferem com residências oficiais.-----

Sob a forma de publicidade os mesmos vereadores publicaram na última edição do Jornal de Monchique uma nova, creio, informação que não informa, “desinforma” sobre o abate de árvores nas bermas das estradas. Mais uma vez tentam iludir a população e os eventuais leitores dos seus escritos.-----

Certamente estão esquecidos -----

- da sua oposição ao abate de árvores, aliás campanha essa documentada com autocolantes e cartoons, também eles ofensivos à imagem do eleito democraticamente Presidente da Câmara. -----

- que a Câmara Municipal de Monchique abriu um concurso para a alienação das árvores em causa e que ficou deserto – apesar de vários empresários de Monchique terem levantado o processo para concorrer, -----

- que já não são poder e que se estivessem ainda no poder, tinham participado na fiscalização do abate das árvores tal como participaram os actuais autarcas que são poder, -----

- do mapa aprovado pela Câmara Municipal em 2004 que preconiza uma compensação para o Município de Monchique pelo volume de árvores abatidas. -----

- ao contrário de autarcas destes, nós não repudiamos bons negócios para o Município de Monchique. -----

Talvez esquecimento. Só pode. O mesmo esquecimento que leva a reclamar aos outros o respeito pelos valores democráticos e que, depois, desfasados de quaisquer competências, tomam atitudes absolutamente ditatoriais ameaçando os funcionários da empresa que se encontra a promover o abate das árvores -----

Também me vou abster de classificar essas atitudes, assim como uma visita de um deputado social-democrata que ninguém conhece e que no próximo sábado visita Monchique para identificar problemas por resolver. Tomámos conhecimento dessa visita através do jornal Região Sul de 28 de Junho de 2006 porém a notícia apenas divulga a visita, um almoço e uma recepção de cidadãos para exposição de problemas. Curiosamente essa visita ocorre no 2º dia da feira do presunto. Provavelmente será uma forma também dissimulada do senhor deputado visitar o certame, ou de o PPD/PSD – por quem a maioria dos cidadãos de Monchique não optou – terem a oportunidade de obter fotos com um banho de multidão que poderão, eventualmente documentar outras “informações”, digo desinformações futuras. -----

Enfim, passe o pleonasma, não será a visita de um parlamentar, mas sim mais um episódio para lamentar -----

Também quero lamentar as palavras que os senhores vereadores da oposição tecem sobre aqueles que têm votado no PS, nos seus candidatos e

ny

nos seus programas. Fizeram-no em consciência e por isso reiteram a sua aposta e o seu apoio. Fomos eleitos democraticamente.-----

Quanto ao 25 de Abril não ter chegado a Monchique, permitam-se dizer que chegou. Chegou e pela mão de alguns daqueles que são e têm autarcas eleitos pelas listas do Partido Socialista, que não só ajudaram a fazer Abril, como todos os anos comemoram essa efeméride com grande regozijo "-----

Falou o membro Rui André, em resposta à intervenção anterior, dizendo que, sendo desconhecedor dos documentos aludidos, achava contudo que era abusivo fazer críticas a uma visita de um parlamentar do PSD, que ainda não sucedera. Perguntou então ao membro Carlos Almeida se as visitas de parlamentares do Partido Socialista a Monchique já tinham tido alguma repercussão na Assembleia da República ou se destas tinha havido algum benefício para o concelho.-----

Respondeu o membro Carlos Almeida dizendo que guardara os documentos em apreço podendo facilitá-los a pedido. Quanto à sua intervenção opinativa tal era um direito que o assistia como eleito do órgão deliberativo.-----

Terminadas estas intervenções o Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os trabalhos do plenário para as bancadas poderem reunir.-----

No regresso aos trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal leu o documento do voto de louvor, com a inclusão da frase "*com o apoio do município de Monchique aprovado por esta assembleia*". Seguidamente indicou ao Plenário que os documentos estavam em condições de serem votados.-----

Falou ainda o membro Carlos Almeida, dizendo lamentar a intempestividade da proposta relativa ao quartel da GNR. Disse que, na altura da discussão dos documentos de planeamento, tal proposta não surgira e só surgia apenas agora a meio do ano administrativo. Por outro lado a sua bancada considerava que o posto existente tinha condições excelentes para albergar os profissionais ali colocados, e por essas razões considerava aquela moção como desprovida de sentido e oportunidade.-----

Falou ainda o membro Rui André, tendo dito que assim depreendia-se da intervenção anterior que o quartel da GNR de Monchique tinha condições excelentes, não obstante se verificar a inexistência de requisitos específicos para o alojamento de agentes do sexo feminino.-----

O Presidente da Câmara pediu para esclarecer o assunto. Disse que o posto

da GNR era, desde há muito, objecto de manutenção por parte da Câmara Municipal e isso encontrava-se inscrito nos documentos de gestão. Quanto a não dispor de instalações sanitárias para o sexo feminino, tal devia-se ao facto de só muito recentemente se ter colocado a questão dos agentes femininos. Por outro lado, tratava-se também da primeira vez que ouvia tais queixas porquanto, de acordo com o comandante da Região Sul da GNR, as instalações do posto de Monchique eram excelentes -----

Após este esclarecimento colocou-se à votação o documento contendo a moção “novo quartel da GNR” -----

Contabilizados os votos verifica-se que a moção foi rejeitada por maioria, com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou contra
José Manuel da Silva Furtado	Votou contra
Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Votou contra
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou contra
Mário Manuel Papuchinha David	Votou contra
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou contra
António Silvestre da Silva Nunes	Votou contra
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou contra
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou contra
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou contra
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou contra
Paulo Jorge Martins Teodoro	Votou a favor
Fernando António Andrez Várzea	Votou a favor
Rui Miguel da Silva André	Votou a favor
Dina Paula Correia Baiona	Votou a favor
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou a favor
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou a favor

Votos contra: 11; votos a favor: 6.-----

Não houve lugar a declarações de voto.-----

Seguidamente passou-se à votação do voto de congratulação relativo ao Serviço de Radioterapia do Algarve, o qual foi aprovado por maioria, com o seguinte resultado:-----

My

Fernando Reis Luís	Votou a favor
José Manuel da Silva Furtado	Votou a favor
Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Votou a favor
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou a favor
Mário Manuel Papuchinha David	Votou a favor
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou a favor
António Silvestre da Silva Nunes	Votou a favor
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou a favor
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou a favor
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou a favor
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou a favor
Paulo Jorge Martins Teodoro	Votou a favor
Fernando António Andrez Várzea	Votou a favor
Dina Paula Correia Baiona	Votou a favor
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou a favor
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou a favor
Rui Miguel da Silva André	Absteve-se

Votos a favor: 16; abstenções: 1-----

Terminados os assuntos do período de antes da Ordem do Dia, deu-se entrada na Ordem de Trabalhos-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 20/2006 às actas o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este complementar a informação escrita-----

Falou o Presidente da Câmara começando por fazer o ponto do andamento dos processos dos planos de ordenamento previstos para o território. Relativamente ao PROAlgarve disse que já tivera lugar a primeira reunião de concertação com a CCDRALgarve e iria decorrer uma outra em Monchique para se fazer a visualização do território e daí se passar à produção do relatório final. No concernente ao Plano da Albufeira de Odelouca, disse que iria decorrer uma reunião dia 12 de Julho p.f. onde

estariam já presentes o novo regulamento e as datas concisas para a sua implementação, sendo que de uma forma geral o proposto estava de acordo com o que se preconizara para a zona. Quanto à Rede Natura, o processo encontra-se pendente, por via da grande contestação que os municípios envolvidos manifestaram à tutela, sendo que a própria Comunidade exigiu que a cartografia correspondente fosse digitalizada e caracterizada em pormenor. O PROFAlgarve, por sua vez, encontra-se neste momento para aprovação do Conselho de Ministros, sendo que foram seguidas as indicações do município nas alterações do uso de solos que foram definidas. Reportou-se depois ao Convento de Nossa Senhora do Desterro para dizer que estava prevista uma parceria com o Grupo Pestana para a criação, no local, de uma pousada classe A, já que os responsáveis daquele grupo tinham manifestado esse interesse e, o facto de terem ganhado o concurso público internacional para a concessão da exploração das Pousadas de Portugal facilitava-lhes o acesso a fundos comunitários. Esta circunstância significaria o cumprir de mais uma promessa eleitoral de 2005, da parte do executivo municipal. Outra parceria com privados que estava em agenda era para a construção do parque de exposições e feiras, se bem que ambos os assuntos relacionados com estas parcerias viriam à Assembleia Municipal quando estivessem preparados para avançar. Depois reportou-se às críticas que a oposição constantemente fazia ao trabalho do executivo municipal, dizendo que, apesar da alegada falta de obras, a Câmara Municipal tinha só em candidaturas aos fundos comunitários o montante de 7,9 milhões de euro, o que devia dar uma indicação do volume de trabalhos em curso e projectados. Falou depois da prevenção e combate a fogos florestais dizendo que Monchique dispunha, no ano corrente de 30 militares da GNR do Grupo de Intervenção Protecção e Socorro (GIPS), sediados na 'Monsciccus' que foi especialmente preparada para os alojar, sendo que, para além de fornecer o alojamento, a autarquia paga uma das refeições diárias do grupo, ao preço de 6 euro por pessoa. Este grupo está preparado para fazer intervenção num helicóptero que permanecerá na região até 30 de Setembro. Para além destes militares, o município irá contar com mais 10 grupos de bombeiros de todo o Algarve, tendo já aprovado para isso em reunião do executivo, o apoio a dar; conta também com mais quatro pessoas e uma viatura da Aliança Florestal, sediados na freguesia de Alferce e espera contar também com uma brigada de sapadores da ASPAFLOBAL -----

Após esta explanação o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário para questões que os membros quisessem colocar.-----

Falou o Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite, questionando o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das obras em curso naquela povoação, designadamente sobre a consabida falta de acordo entre o município e uma família proprietária de terrenos no local da obra.-----

Respondeu o Presidente da Câmara dizendo que a obra em apreço, parte integrante do programa "Viver Marmeleite" encontrava-se praticamente terminada nas diversas vertentes que a compunham estando a faltar, entre outras situações, o entendimento com uma família de proprietários, nomeadamente no que diz respeito a valores de compra e venda. A câmara apresentou uma proposta e espera agora receber uma resposta positiva que, a não suceder, desencadeará um processo de expropriação, baseado em preços que não contrariem os valores patrimoniais dos IMI e IMI. Esta questão, disse, podia e devia estar resolvida desde o mandato do anterior executivo da Junta de Freguesia de Marmeleite, a cujo Presidente ele tinha, em tempo útil, solicitado que resolvesse a questão. Não obstante, o processo deveria decidir-se, com celeridade, de preferência até finais de Julho do corrente ano, uma vez que os fundos comunitários para essa obra já estavam aprovados.-----

Falou o membro António Silvestre, reportando-se ao GIPS, para questionar o Presidente da Câmara se a escolha dos estabelecimentos onde os militares fazem as suas refeições foi da responsabilidade da autarquia.-----

Respondeu o Presidente da Câmara dizendo ao membro que as chefias da GNR é que tinham escolhido dois estabelecimentos em Monchique, baseados no critério preço, sendo que a Câmara Municipal apenas pagava as refeições.-----

Falou o membro Rui André, começando por dizer que o Presidente da Câmara menosprezava a oposição mas tinha de reconhecer que esta existe para cumprir o seu papel que é falar quando necessário, pois de contrário não seria precisa a sua presença no órgão deliberativo, como é o caso da bancada do PS cujos membros nem precisam de levantar a mão para votar. Por outro lado o Presidente da Câmara dizia que o convento de Nossa Senhora do Desterro era mais uma promessa eleitoral de 2005, mas efectivamente era-o desde 1985, altura em que numa entrevista ao Jornal de Monchique esse assunto foi falado pelo autarca. Relativamente ao facto de

os militares do GIPS estarem alojados na “Monsciccus”, tratava-se de uma solução de recurso, uma vez que o senhor Presidente já manifestara nesta assembleia a intenção de vender o imóvel, e assim, achava que a moção que a sua bancada apresentara não fora descabida, porque pode não surgir a mesma solução para o GIPS, nas próximas vezes em que este grupo regresse ao município. Depois referiu-se à informação escrita que estava em apreço, para dizer que nesta apareciam as mesmas informações que tinham sido publicadas na que foi presente à sessão anterior do órgão deliberativo, pelo que sugeria que houvesse o cuidado de evitar que se prestasse a mesma informação mais que uma vez. Depois reportando-se à referência de um abatimento de terra no campo de jogos municipal, onde se menciona que irão ser apuradas responsabilidades, perguntou se o arranjo desse abatimento iria ser da responsabilidade do empreiteiro ou mais uma vez a Câmara Municipal iria suportar o prejuízo do arranjo. Falou depois do arranjo da escola de Casais que mais uma vez vinha mencionado na informação escrita para questionar qual o destino a dar a esse e aos outros edifícios congéneres, que estavam incluídos no Bioparque. Relativamente à recuperação de fachadas projectada sugeria que houvesse o cuidado de evitar que houvesse quaisquer afinidades entre a empresa de fiscalização e a empresa construtora, para bem do erário público. Mencionou depois a frase: “em fase de intenção de adjudicação”, que se encontrava no documento para perguntar quais os prazos temporais que uma situação deste tipo poderia comportar, ou será que não se tratava de um truque de ir protelando o andamento das coisas. Falou depois do Castelo do Alferce, dizendo registar com agrado a sua classificação pois era algo que era caro à sua pessoa. Depois reportou-se à defesa contra incêndios florestais para inquirir que medidas tinham sido tomadas pela autarquia depois das catástrofes que tinham assolado o concelho e se já existia um plano municipal de defesa da floresta. Falou ainda do criado Regulamento de Apoio ao Associativismo, para felicitar a medida, dizendo que esta iria acabar com muitas especulações que se criavam em torno desse tema. Terminou a sua intervenção referindo-se ao levantamento de necessidades de habitação do concelho mencionado na informação, dizendo que seria ideal que tal levantamento, que já vinha sendo feito há muitos anos, terminasse e se passasse de imediato à construção antes de toda a gente ir morar para fora do concelho.

Respondeu o Presidente da Câmara às questões suscitadas pela intervenção do membro Rui André, começando por dizer que fora criado um gabinete conjunto dos municípios de Portimão e Monchique, com um técnico contratado para a elaboração do plano municipal de intervenção florestal, e esta situação sucede em tempo oportuno, porque a nova lei saiu recentemente sendo que houve municípios que se adiantaram vendo-se agora obrigados a reformular os seus planos para que se coadunem com a lei. É de prever que o plano municipal de Monchique esteja pronto num espaço de três meses. Relativamente ao alojamento do GIPS e à possível venda da "Monsciccus", disse ao membro que existiam alternativas, entre as quais designadamente o bairro da Força Aérea, onde já deveriam ter ficado alojados desta vez, porquanto o mesmo é propriedade do estado. Depois falou da designação "intenção de adjudicação" dizendo que era uma das fases integrantes de um concurso, decorrente da Lei e designadamente do Código de Procedimento Administrativo (CPA) que a define e lhe estipula prazos, tal como as restantes fases. Relativamente aos edifícios das escolas primárias, explicou que havia a ideia de integrá-las no Bioparque servindo alguns dos edifícios como portal de acesso ao mesmo. Quanto a aparecerem as mesmas obras mais de que uma vez nas informações escritas, disse, tal deve-se ao facto de por vezes se prolongarem no tempo de execução, sendo natural que figurem nos documentos enquanto decorrem. Em referência ao abatimento no campo de jogos municipal, disse que tal não era de responsabilidade do empreiteiro e o que sucedeu é que não foi feito o rejuntamento de umas pedras com cimento, que também não constava do caderno de encargos, sendo que a chuva inesperada conjugada com o movimento das máquinas produziu esse abatimento cuja responsabilidade cabia aos serviços da Câmara Municipal que, de resto, já se encontravam a proceder à reparação. Este reforço iria, para além do mais, consolidar uma área junto à ribeira que poderá permitir a construção de um poli-desportivo. Para terminar a sua intervenção reportou-se à questão do relacionamento entre firmas construtoras e fiscalizadoras, tendo dito que, não havia registo, no município, de que a situação alegada tivesse alguma vez ocorrido, para além de a Lei ser categórica a proibir qualquer afinidade entre construtor e fiscalizador, inclusive ao nível de grupo de empresas -----

Falou o membro Carlos Almeida em comentário à intervenção do membro Rui André dizendo que considerava acintosa a sua asserção de que os

membros da bancada do PS nem precisavam de levantar a mão, e isto porque os eleitos daquela força nunca se tinham escusado a cumprir o papel para que tinham sido eleitos. Depois, relativamente aos comentários sobre o convento de Nossa Senhora do Desterro referiu ao membro Rui André que deveria ter-se informado bem de todas as vertentes da questão, porque era de conhecimento geral que a aquisição do imóvel fora penosa e arrastada no tempo, por razões externas à vontade do executivo municipal, que portanto não devia arrecadar a culpabilidade. Ademais, na entrevista de 1985 o Presidente da Câmara deve ter manifestado a intenção de adquirir o convento, contudo o processo só veio à Assembleia Municipal em 1990 e, tal como em outros processos não bastou estalar os dedos para que as situações se resolvessem.-----

Falou o membro José Manuel Furtado, congratulando o Presidente da Câmara pela postura calma que mantivera na resposta ao membro Rui André, e mormente em relação à insinuação de compadrio entre empresas construtoras e fiscalizadoras, que aquele produzira e que ele considerava uma afronta e desrespeito.-----

Falou o membro Rui André, começando por dizer que a sua intervenção anterior não deveria ser tomada como provocação pois ele não afirmara que havia empresas a construir e a fiscalizar ao mesmo tempo, mas tão só alertara para que se evitasse que tal pudesse vir a acontecer. As suas intervenções enquanto membro da Assembleia reportavam-se a preocupações que os munícipes lhe transmitiam na rua sobre coisas essenciais para o município, como era o caso do sistema de saneamento do Peso e Alcaria, que estava finalmente a ser construído e pelo qual se congratulava, embora, a equipa do executivo com 20 anos no poder autárquico, já tivesse tido a oportunidade de o fazer há pelo menos 15 anos. Era admissível que a agenda ou prioridades do executivo municipal fossem diferentes dos seus ou dos elementos da sua bancada, mas essa era também uma das razões para justificar a existência do órgão deliberativo.-----

Pedi ainda a palavra o Presidente da Câmara, dizendo que faltara esclarecer uma ou duas questões na sua intervenção anterior. Reportou-se ao convento para esclarecer que a autarquia fizera um pré-acordo com a família Abecasis em 1985 tendo na altura despendido a verba de 13 mil contos e no entanto há cerca de um ano que adquiriu parte dos terrenos da família Mascarenhas, e esta ainda não tem a documentação em ordem por forma a

poder fazer-se a escritura competente. Situações como esta que têm surgido ao longo destes anos, e que têm sido desemaranhadas com muito trabalho do dr. José Manuel Furtado e da dr.^a Graça Mira, têm feito atrasar o processo, que a autarquia era a primeira interessada em resolver com celeridade. Relativamente à solução que agora se preconizava já solicitara parecer do Tribunal de Contas para saber em que trâmites se poderia vir a processar a parceria público/privado com o grupo Pestana.-----

Falou ainda o membro Rui André dizendo, a propósito da edição da Feira do Presunto que iria decorrer no fim de semana imediato a esta sessão e para a qual desejava bom sucesso, que as notícias do encerramento do matadouro de Loulé, tinham-lhe causado alguma preocupação, e eram motivo para justificar a maior urgência na construção da sala de abate municipal.-----

Não havendo mais nada a tratar e tratando-se de uma sessão ordinária, não havendo público presente na sala, deu-se por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas 23h050 do dia 29 de Junho de 2006, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

Luís J. Pereira
Rui André
Henrique
Luís
Luís

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the right side of the page.

Vertical line on the far right edge of the page.